10.62987/revistanovaterra.e202605

O ESTADO DA BAHIA NA CONSTRUÇÃO DE SUA TERRITORIALIDADE: um estudo sobre o Território da Bacia do Rio Grande (BA)

Nilza da Silva Martins

Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Educação

https://orcid.org/0000-0002-3329-5904

E-mail: nlima@uneb.br

Resumo: Este ensaio teórico analisa a política de desenvolvimento territorial implementada pelo Estado da Bahia, com ênfase no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande. A partir de uma abordagem crítica, fundamentada em autores que compreendem o território como construção social e campo de poder, o estudo discute os avanços, limites e contradições desse modelo de gestão. Evidencia-se que, embora a territorialização represente uma inflexão importante na forma de intervenção estatal — ao incorporar dimensões como identidade, participação e multiterritorialidade —, persistem entraves estruturais associados à reprodução das desigualdades socioeconômicas e à hegemonia do capital, especialmente no contexto da expansão do agronegócio. O trabalho destaca, ainda, os desafios relacionados à governança territorial, à participação efetiva dos atores sociais e à construção de estratégias de desenvolvimento que articulem justiça social, sustentabilidade e valorização dos modos de vida locais. Conclui-se que a política territorial, embora promissora, encontra-se tensionada entre práticas inovadoras e a permanência de mecanismos tradicionais de dominação, demandando o fortalecimento do papel do Estado e dos sujeitos coletivos na construção de territórios mais democráticos.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Território de Identidade; Políticas públicas; Bahia; Agricultura familiar.

THE STATE OF BAHIA IN THE CONSTRUCTION OF ITS TERRITORIALITY: a study on the Territory of the Rio Grande Basin (BA)

Abstract: This theoretical essay analyzes the territorial development policy implemented by the State of Bahia, with emphasis on the Identity Territory of the Rio Grande Basin. Based on a critical approach, grounded in authors who understand territory as a social construction and a field of power, the study discusses the advances, limits, and contradictions of this management model. It is evident that, although territorialization represents an important shift in the form of state intervention — by incorporating dimensions such as identity, participation, and multiterritoriality — structural obstacles persist, associated with the reproduction of socioeconomic inequalities and the hegemony of capital, especially in the context of agribusiness expansion. The work also highlights challenges related to territorial governance, the effective participation of social actors, and the construction of development strategies that articulate social justice, sustainability, and the valorization of local ways

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NOVA TERRA

of life. It concludes that territorial policy, although promising, is strained between innovative practices and the persistence of traditional mechanisms of domination, requiring the strengthening of the role of the State and collective actors in the construction of more democratic territories.

Keywords: Territorial development; Identity Territory; Public policies; Bahia; Family farming.

EL ESTADO DE BAHÍA EN LA CONSTRUCCIÓN DE SU TERRITORIALIDAD: un estudio sobre el Territorio de la Cuenca del Río Grande (BA)

Resumen: Este ensayo teórico analiza la política de desarrollo territorial implementada por el Estado de Bahía, con énfasis en el Territorio de Identidad de la Cuenca del Río Grande. A partir de un enfoque crítico, fundamentado en autores que comprenden el territorio como una construcción social y un campo de poder, el estudio discute los avances, límites y contradicciones de este modelo de gestión. Se evidencia que, aunque la territorialización representa una inflexión importante en la forma de intervención estatal — al incorporar dimensiones como identidad, participación y multiterritorialidad —, persisten obstáculos estructurales asociados a la reproducción de las desigualdades socioeconómicas y a la hegemonía del capital, especialmente en el contexto de la expansión del agronegocio. El trabajo también destaca los desafíos relacionados con la gobernanza territorial, la participación efectiva de los actores sociales y la construcción de estrategias de desarrollo que articulen justicia social, sostenibilidad y valorización de los modos de vida locales. Se concluye que la política territorial, aunque prometedora, se encuentra tensionada entre prácticas innovadoras y la permanencia de mecanismos tradicionales de dominación, lo que demanda el fortalecimiento del papel del Estado y de los sujetos colectivos en la construcción de territorios más democráticos.

Palabras clave: Desarrollo territorial; Territorio de Identidad; Políticas públicas; Bahía; Agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico tem por objetivo refletir a política de desenvolvimento territorial que o Estado da Bahia vem adotando desde o ano de 2004. A formação conceitual de Território ainda é recente em nossos estados. Compreendê-la significa desmistificar a visão multifacetada de desenvolvimento que foi sendo construída historicamente. A concepção de território vincula-se ao sentimento de pertencimento, de empoderamento das relações econômicas, sociais, culturais, políticas, institucionais e ambientais. Nesta vertente, os atores sociais que vivem no território têm papel preponderante na sua organização. Quando Araújo (2010) aborda o caso brasileiro de formação territorial, salienta que, em nosso país,

essa experiência não nasceu de iniciativas locais, mas veio como proposta governamental. Nota-se, com isso, que nem todos os municípios aderiram como também ainda existe um descrédito relacionado a essa forma de organização, pois ela quebra a lógica histórica de projetos locais, respaldados por interesses pessoais. O estudo em questão trata da formação territorial do Estado da Bahia com ênfase no Território da Bacia do Rio Grande[1], apresentando suas contradições, desafios e perspectivas de fortalecimento da política de desenvolvimento territorial.

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: iniciando as reflexões

Nas últimas décadas temos analisado alguns direcionamentos que vêm sendo trabalhados no processo de construção do conceito de Território. As questões puramente espaciais vão sendo redimensionadas a partir das interferências dos aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais. Albagli (2004), assim define território:

> É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Daí que o território seja objeto de análise sob diferentesperspectivas – geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica-, que o percebem, cada qual, segundo suas abordagens específicas. (p.27)

No compasso dessa reflexão, o conceito se amplia. O território é apresentado como um espaço multidimensionalizado e deve ser compreendido para além de sua dimensão físico-geográfica, sendo, sobretudo, uma construção social marcada por relações de poder. Daí que não podemos desvincular de sua análise todos os aspectos que interferem em sua constituição. A partir dessa concepção, percebemos que as instituições presentes no território têm características singulares podendo ou não estabelecer relações recíprocas ou

[1] O Território da Bacia do Rio Grande é constituído pelos seguintes municípios: Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley.

até mesmo antagônicas. Assim, argumenta Raffestin (1993): "[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço" (p. 144). Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve em um campo de poder, evidenciando seu caráter relacional e político.

Nessa mesma direção, Haesbaert (2011) destaca a multiterritorialidade como elemento constitutivo das dinâmicas contemporâneas, marcadas por fluxos, deslocamentos e disputas. Schneider (2004) reforça que o território emerge como unidade estratégica para a ação estatal, especialmente no âmbito das políticas públicas.

O Estado da Bahia tem conseguido, apesar das dificuldades operacionais, implementar as políticas de desenvolvimento territorial. Uma medida governamental muito salutar foi a institucionalização da Política de Desenvolvimento Territorial a partir da Lei 13.214 de 29 de setembro de 2014[2], reorganizando o estado com base na proposta de territorialização. Essa mudança tem trazido ganhos importantíssimos. A divisão do estado em vinte e sete (27) Territórios de Identidade e a tentativa de operacionalizar as políticas a partir dessas múltiplas realidades têm sido um grande avanço, pois o desenvolvimento sócio-econômico-cultural passa a ser pensado em outra dimensão. Outro fator também importante relaciona-se às questões de empoderamento dos atores sociais que estão presentes em cada território.

Segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (2021):

> A configuração dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia teve como principal indutor o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA[3] que, em 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, introduziu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – Pronat com o objetivo de "promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia". (p.03)

[2] A Lei 13.214/2014 dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial e estabelece as instâncias de governança territorial como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e os Colegiados de Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETER)
[3] Ministério do Desenvolvimento Agrário

Como se pode observar a política de desenvolvimento territorial do Estado da Bahia está respaldada nas ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Outrossim, torna-se importante historicizar esse processo para que possamos compreender os seus desafios coetâneos.

A discussão sobre Território perpassa por várias áreas do conhecimento. Essa nomenclatura é utilizada para definir questões associadas, tanto aos espaços humanos, quanto animais e vegetais. O debate que ora trazemos especifica território como espaço de ação/ intervenção dos seres humanos entre si e no meio em que estão inseridos. Nesta lógica existem algumas considerações que necessitam ser elencadas. Incialmente enfatizamos que não iremos dedicar nossas reflexões sobre os espaços rurais e urbanos a partir da concepção territorial.

Para Schneider (2004),

> Este espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto em questão, inseridos. Portanto o conteúdo deste espaço é entendido como território. Mas não se trata apenas do conhecimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes encontram-se neles mesmos. (p.8)

A abordagem territorial nesta perspectiva pressupõe o entendimento de que os problemas, impasses dos atores sociais que constituem o território, devem ser resolvidos pelos próprios sujeitos que vivem e atuam nesse espaço. Segundo Haesbaert (2011), a compreensão relacional de território está inserida na ideia de movimento, fluidez, que é permeada de historicidade. Diante disso, os atores sociais, em determinadas épocas, vivem e atuam de acordo com suas especificidades. Sendo movimento ele apresenta um dinamismo que, por vezes, reflete as relações de poder que intrinsecamente estão postas em sua constituição.

A definição ora apresentada nos remete a uma questão essencial que é a identidade, ou seja, o que aproxima ou distancia as populações dentro de um determinado espaço. Nesta

abordagem, a discussão sobre território ancora-se nas relações estabelecidas entre as pessoas ou grupos que se organizam com base em várias situações que os identificam e/ou diferenciam, ou seja, situações de pertencimento. A identidade passa a ter um sentido imprescindível, pois extrapola o viés economicista e apresenta a diversidade de demandas que os atores sociais dentro de um espaço territorial estabelecem. Assim, Perico (2009) afirma:

> (...) o Território de Identidade pode inclusive chegar a constituir espaços descontínuos. O elemento central da reflexão que se pretende provocar é o fato de a identidade – como expressão das características diferenciadoras e distintivas da população pertencente a um espaço - converter-se no espírito essencial, básico e estruturante do território. Além de possibilitar descrever e caracterizar o território, a identidade serve de orientação ao ordenamento das estratégias de desenvolvimento ao apoiar e definir o caráter das forças motoras que possibilitam avançar ao alcance do bem-estar. (p.108)

Esta construção nos ajuda a conceber a identidade como elemento de agregação, que não significa subordinação. Para que ela se estruture, as heterogeneidades são essenciais. A coesão será estabelecida a partir da capacidade dos atores sociais de construírem pactos de relação, considerando as diferenças na construção de um bem-estar que alcance a todos.

A necessidade da ampliação das ações governamentais em vários espaços territoriais é algo visível em nosso país. Desde o nascimento da proposta de pensar o Brasil a partir de uma lógica de desenvolvimento sustentável, respeitando o ambiente e as pessoas, em suas diversidades, notamos que as demandas por ações inclusivas têm aumentado. As políticas de desenvolvimento territorial que estão em curso apresentam, cada vez mais, a necessidade de um processo de articulação que possa ter a presença dos entes federados em suas três áreas de atuação.

Durante séculos presenciamos ações desarticuladas e, consequentemente, desperdício de dinheiro público, pois não se pensava o desenvolvimento a partir do ser humano, mas na lógica do crescimento econômico, do fortalecimento dos grupos hegemônicos. Contudo, a

partir da implantação dessa política no governo do Presidente Lula em 2003, iniciou-se a construção de novas concepções de desenvolvimento territorial, que tem como centro do debate a inversão da lógica pautada apenas no crescimento econômico que há algumas décadas prevalece em nosso país.

Essas novas concepções de territorialidade apresentam como eixo condutor o ser humano e a construção de sua dignidade na centralidade do debate territorial. Para que esse pressuposto possa ser colocado em prática, torna-se fundamental a construção horizontalizada das políticas públicas, considerando os espaços territoriais, seu dinamismo e os atores sociais. Outro aspecto que corrobora com este desenvolvimento é o reconhecimento, por parte dos governos, que, na construção dessa territorialidade os movimentos sociais são forças vivas propulsoras de uma nova lógica societária, por isso é imprescindível a construção de momentos de concertação, onde poder público e sociedade civil organizada possam, a partir da heterogeneidade e peculiaridade de cada um, estabelecer momentos de governança.

Os territórios possuem uma diversidade política, econômica, ambiental, sociocultural que não pode ser escondida diante dos conflitos existentes. Essa é a grande meta das políticas de desenvolvimento territorial, ou seja, estabelecer diálogos, ações coletivas e cooperativas, sem desconsiderar os embates e conflitos pertinentes à sua estrutura. A cidadania se efetiva na diversidade do Território.

Para uma melhor compreensão desta abordagem, Raffestin (1993) diz que:

> (...) Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (p.14)

Nessa tessitura é fundamental a compreensão do território como espaço modificado e

de relações de poder que se efetivam na interação que os atores sociais estabelecem entre si e com a natureza. Araújo (2010) menciona que "a prioridade ao diálogo e à construção de convergências não nega a existência de conflitos de interesses nem a possibilidade de confrontos. O importante é dar ênfase nos primeiros" (p. 206).

A implantação de políticas públicas com foco no desenvolvimento territorial é bastante recente no Brasil. A própria conceituação de território nessa abordagem também é nova. Estamos acostumados a um discurso de desenvolvimento municipal, *quiçá* em alguns momentos regional, sempre voltado para o viés econômico, desconsiderando os aspectos socioculturais. Essa forma de compreensão gerou as grandes disparidades regionais vivenciadas em nosso país. De um lado o "sul maravilha" e de outro a "pobreza do norte, nordeste".

Desconstruir essa visão não é fácil na lógica capitalista que vivemos. No entanto, o debate territorial empreendido nas primeiras décadas do século XXI, tem apresentado a possibilidade de elaboração de políticas públicas que contrapondo essa vertente pode aos poucos construir outros conceitos de desenvolvimento. Ampliando essa análise, Schneider (2004) enfatiza que:

> [...] o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc. (p. 15)

A territorialização das ações aponta para o envolvimento dos atores locais e a concretude das políticas que historicamente sempre foram elaboradas nos gabinetes, sem a participação das pessoas e nem tampouco a possibilidade de seu monitoramento e avaliação.

Ampliando essa linha de pensamento na discussão territorial no Brasil, Araújo (2010) salienta que:

> Analisar a experiência brasileira recente de desenvolvimento territorial aponta para ações importantes na busca de sua consolidação, visto que é relevante o dado de que o desenvolvimento territorial pressupõe aposta na capacidade de agentes locais de construir um projeto de desenvolvimento regional e atuar de forma organizada para que políticas públicas e empresariais convirjam para os objetivos deste projeto (...). (p.199)

Nesta vertente, a autora nos aponta a importância dos agentes locais para a consolidação das políticas territoriais, considerando que a organização regional deve fundamentar essa nova forma de construir o desenvolvimento. Sob essa ótica, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)[4] apresenta como resultado da articulação das políticas públicas a

> [...] verticalização de baixo para cima, rompendo as visões normalmente predominantes nas políticas públicas, que tendem a desconsiderar as diversidades locais e regionais. Resulta deste processo um conjunto de institucionalidades que representam uma nova concepção de desenvolvimento autógeno, descentralizado, diversificado e sustentável.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a SDT, no desenvolvimento da política territorial, apresentava uma proposição de rompimento com a lógica de imposição histórica que o nosso país sofreu no sentido de considerar os atores sociais e suas realidades multifacetadas. Neste sentido, coube às políticas de desenvolvimento territorial a criação de espaços de fomentação e análise das diversas ações a partir do foco da sustentabilidade que, em uma abordagem territorial, é questão cotidiana.

Caminhando nessa linha de análise, Perico (2009) nos diz que:

> Apesar do que expressam muitos dos discursos desenvolvimentistas, continua-se apegado à fragmentação da realidade, onde a natureza segue sendo uma fonte de recursos para um desenvolvimento antropocêntrico, com estratégias que separam a economia do restante das dimensões da vida, alcançando extremos alucinantes como aquele, igualmente dominante, a apregoar: o que polui paga. As propostas de integração

[4] Essa abordagem encontra-se na página da SDT no seguinte endereço: http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/articulacao

> multidimensional que caracterizam o enfoque territorial se alimentam dessa necessidade de contar com visões que partam das interdependências entre as dimensões ambientais, econômicas e políticas. (p.33)

A política de desenvolvimento territorial perpassa essas dimensões e apresenta para a sociedade um novo modelo de gestão quando constrói de forma dialógica as relações dos atores sociais. Torna-se imprescindível destacar que elas não são amenas, mas recheadas de conflito. Araújo (2011) diz que "diálogo, cooperação, disputa e conflitos: eis os temas a serem tratados com cuidados nas políticas de desenvolvimento territorial" (p.206). Isso significa que sem essas relações não é possível fomentar trabalhos cooperativos que consigam atender a diversidade de um território.

Segundo Perico (2009), a compreensão dessa diversidade ancora-se na visão multidimensional que apresenta o território. Dentre ela destacamos a dimensão econômica que tem como foco a articulação dos recursos regionais, objetivando a geração de trabalho e renda. A dimensão sociocultural associa-se à temática dos valores, da história, da cultura que tem como meta a qualidade de vida da população. A dimensão política institucional refere-se à discussão da governabilidade e do exercício da cidadania. A dimensão ambiental vincula-se ao princípio da sustentabilidade, que não se apoia apenas na preservação, mas na preocupação com as gerações vindouras. Esses desafios vão, aos poucos, construindo a política territorial no estado da Bahia e, de modo especial, no Território da Bacia do Rio Grande (BA).

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E A CONSTRUÇÃO DO PERTENCIMENTO.

A organização do estado numa lógica territorial contribui para quebrar paradigmas historicamente enraizados na sociedade. Pensar em território é, trazer para a centralidade do debate, questões como pertencimento, identidade, desenvolvimento rural sustentável e solidário entre outras. Essas abordagens extrapolam o aspecto econômico, que sempre foi o

direcionador dessas análises e, neste novo paradigma vincula-se às questões sociais, políticas, ambientais e culturais. Perico (2009) define território

> (...) como a dimensão política do espaço- reconhecido e identificado – como unidade de gestão política que o distingue e a ele atribui existência, de certa forma, institucionalizada. Nem sempre o território se constitui uma entidade territorial, como município, província, departamento ou estado. É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir (concretização da institucionalidade). Logo, pode ser a bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas. (p.26)

A definição ora apresentada nos remete a uma questão essencial que é a identidade, ou seja, o que aproxima ou distancia as populações dentro de um determinado espaço. Nesta abordagem, a discussão sobre território ancora-se nas relações estabelecidas entre as pessoas ou grupos que se organizam com base em várias situações que os identificam e/ou diferenciam, ou seja, situações de pertencimento. Segundo Perico (2009), a noção de identidade territorial, constitui elemento estruturante das estratégias de desenvolvimento, na medida em que orienta práticas sociais e políticas a partir do pertencimento coletivo.

A identidade passa a ter um sentido imprescindível, pois extrapola o viés economicista e apresenta a diversidade de demandas que os atores sociais dentro de um espaço territorial estabelecem. Assim, Ferreira de Oliveira e Batista Dias (2015) sinalizam que:

> Território, portanto, é um espaço geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. Possui população formada por grupos sociais distintos que se inter-relacionam interna e externamente por meio de processos caracterizados por um ou mais elementos que indicam identidade, coesão e sentido de pertencimento.[...] (p.131-132)

Esta construção nos ajuda a compreender a identidade como elemento de agregação, que não significa subordinação. Para que ela se estruture, as heterogeneidades são essenciais. A coesão será estabelecida a partir da capacidade dos atores sociais, dentro de sua heterogeneidade, construírem pactos de relação, considerando as diferenças na

construção de um bem-estar que alcance a todos.

É fundamental a compreensão do Território de Identidade a partir de sua constituição histórica, pois, através dela, podemos chegar a construções coletivas mais coerentes com a realidade. Nesse sentido, Perico (2009) comenta que,

> (...) torna-se necessário resgatar o processo histórico de ocupação da região, a constituição de seus grupos sociais e formas de organização social e política, os principais movimentos sociais, migrações, conflitos sociais, manifestações culturais, ambientes naturais e recursos, sistemas agrários e acesso à terra e formas de produção e comercialização, tendo em vista apreender a forma como esses aspectos se inter-relacionam e são processados pelos atores sociais, atribuindo-lhes significados que indicam pertinência territorial. (p.62)

Essas características indicam que o Território de Identidade não pode ser visto apenas como um local que agrega várias instituições, ele é o retrato da pluralidade que pulsa em cada espaço. Em suas ações não se escondem os conflitos, mas, a partir deles, estabelecem novas sociabilidades que serão construídas nas relações dialéticas que se efetivam entre os atores sociais. São esses *pertencimentos* que vão dando sentido e significado às disputas realizadas, que se efetivam nas relações multidimensionalizadas e estabelecem os espaços de concertação, ou seja, de cidadania**.**

Neste sentido, Araújo (2013) argumenta que

> Num país continental, magnificamente diferenciado e exageradamente desigual, a adoção da abordagem territorial, numa escala subregional, ajuda muito a lidar com a realidade. Por sua vez, os espaços rurais de um País tão maravilhosamente diferenciado regionalmente como o Brasil, exigem tal abordagem, sob pena de cometermos dois grandes equívocos: tratar como iguais os desiguais e minimizar o potencial embutido na rica diversidade da vida rural brasileira. Articular agentes, negociar democraticamente prioridades, lidar com interesses distintos, são tarefas que podem ser mais bem realizadas com a adoção desse tipo de abordagem. A experiência brasileira recente aporta muitos ensinamentos, com base em erros e acertos vivenciados nos últimos anos. O saldo parece-se positivo, no geral, e o MDA é portador de uma nova visão do Brasil

rural com base nesse tipo de abordagem**.** (p.114)

A necessidade da ampliação das ações governamentais em vários espaços territoriais é algo visível em nosso país. Desde o nascimento da proposta de pensar o Brasil a partir de uma lógica de desenvolvimento sustentável, respeitando o ambiente e as pessoas, em suas diversidades, notamos que as demandas por ações inclusivas têm aumentado.

As políticas de desenvolvimento territorial que estão em curso apresentam, cada vez mais, a necessidade de um processo de articulação que possa ter a presença dos entes federados em suas três áreas de atuação. Presenciamos, durante séculos, ações desarticuladas e, consequentemente, desperdício de dinheiro público, pois não se pensava o desenvolvimento a partir do ser humano, mas na lógica do crescimento econômico, do fortalecimento dos grupos hegemônicos.

Com a implantação da política territorial do governo do Presidente Lula em 2003, iniciou-se no centro do debate a inversão da lógica de desenvolvimento que vinha sendo construída há algumas décadas em nosso país. Essa nova forma apresenta como fundamento central o ser humano e a construção de sua dignidade. Outro aspecto que corrobora com este desenvolvimento é o reconhecimento, por parte dos governos, que, na construção dessa territorialidade os movimentos sociais são forças vivas propulsoras de uma nova lógica societária. Sob esse aspecto, Ferreira de Oliveira e Batista Dias (2015) argumentam que:

> O território pode ser concebido então como uma *realidade* total, complexa, formada por uma população caracterizada pelo conjunto das pessoas que nela interagem; pelas formas como essas pessoas se relacionam com a natureza; pela fauna e pela flora que a compõem; por uma economia, caracterizada pelo conjunto dos recursos naturais, pelas relações de produção estabelecidas, incluindo-se a luta de classe e pelas leis de mercado que a regulam; pela dimensão cultural e simbólica, através do que as pessoas constroem sua própria identidade; e pelas relações de poder estabelecidas, expressas nas esferas do Estado, mas também fora dele, no seio da sociedade civil e do conjunto das instituições sociais e empresariais.(p.132)

Essa concepção ancorada nas relações com o espaço geográfico e com as pessoas que habitam e o modificam a partir de suas necessidades são fundantes na construção de uma territorialidade permeada de desafios e perspectivas tanto por parte dos movimentos sociais quanto por parte das instituições estatais que precisam aprender a dialogar com as múltiplas vozes que ecoam nos territórios, e neste estudo, as vozes do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande (TIBRG)

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA BACIA DO RIO GRANDE: perspectivas, entraves e desafios da política territorial

Antes de adentrarmos em suas especificidades é importante historicizá-lo para que possamos compreender suas multidimensionalidades e os desafios que os movimentos sociais e as instituições públicas enfrentam na construção desta territorialidade.

A modernização da agricultura no Brasil, com todos os seus nexos constitutivos, integra o modelo capitalista da produção agrícola, que, a partir da década de 1970, na Região Oeste da Bahia, notabilizou-se pelos investimentos públicos e privados, atingindo o pleno desenvolvimento nas décadas de 1980 e 1990.

Embora este estudo tenha o Território da Bacia do Rio Grande como central, é necessário compreendermos as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que foram e continuam sendo estabelecidas regionalmente, e também seus desdobramentos para os municípios que fazem parte do Território.

A modernização conservadora da agricultura na Região Oeste da Bahia não foi diferenciada do processo que ocorreu em outras regiões do Brasil. Segundo Haesbaert (1997), os anos de 1970 representaram o início desse processo de desenvolvimento, com a participação dos migrantes da Região Sul do Brasil, que foram ocupando as áreas dos cerrados do Centro Oeste, incentivados pelos financiamentos oriundos dos programas governamentais, e também pelo uso das novas técnicas de plantio e produção. “A presença de *gaúchos* transformando

cidades já estruturadas (como Rondonópolis, MT, e Rio Verde, GO) ou criando novas (Alta Floresta, Canarana, Sorriso) revela-se uma constante na Região Centro Oeste" (Haesbaert, 1997, p. 21).

Dessa forma, ocupando e construindo novas cidades nos cerrados da Região Centro Oeste e ampliando seus domínios para o espaço territorial vizinho, nos cerrados da Bahia, o capital amplia sua reprodução na medida em que se desloca para outras regiões, espraiando-se em todos os lugares. Nessa conquista, todos os espaços territoriais vão sendo tragados na lógica capitalista, que precisa ampliar seus produtos para garantir sua reprodução.

Sendo assim, a imigração de produtores da Região Sul do Brasil, a implantação de agroindústria, a mudança na lógica de uso do cerrado – pois, anteriormente, era utilizado pelos trabalhadores locais, como lugar de refrigero para o gado, depois na economia de mercado, como espaço da soja e outros produtos agrícolas comercializados para outros países –, o uso indiscriminado dos rios para irrigar essa agricultura, tudo isso revela que, na Região Oeste da Bahia, essas transformações não estão dissociadas do padrão internacionalizado da economia brasileira a partir dos anos de 1970.

A esse respeito, Santos (2007) afirma que:

> A forma fragmentária apresentada pela expansão do capitalismo no Oeste baiano, ou seja, a sua circunscrição a determinados espaços dos cerrados regionais, constitui, de fato, um dos traços marcantes do processo de modernização agrícola que se viabiliza em sociedades periféricas do capitalismo. Essa forma de expansão cria, regionalmente, atividades integradas ao grande capital internacional, ao tempo em que concorre para a permanência de outras que são marginais do ponto de vista produtivo, mantendo as economias regionais frágeis. (p.84)

O que está posto é que a agricultura capitalista na Região Oeste da Bahia não ocorreu uniformemente. Alguns municípios, por questões lógicas ao desenvolvimento do capital, são alçados à condição de "desenvolvidos", enquanto os outros permanecem estagnados e dependentes dessa mesma lógica. Os projetos de investimentos públicos e privados foram implementados nos espaços territoriais apropriados à reprodução do capital.

A dinâmica territorial observada na Bacia do Rio Grande confirma a análise de Santos (2000), ao afirmar que a modernização agrícola no Brasil ocorre de forma seletiva e excludente, produzindo espaços altamente integrados ao capital e outros marcados pela marginalização econômica.

O Brasil, a partir da década de 1970, desenvolveu a política agrícola de expansão de fronteiras, incentivando e apoiando as correntes migratórias. A modernização conservadora em Barreiras situa-se nesse contexto de desenvolvimento agrícola e integração regional. Segundo Santos (2000):

> É quando a agricultura brasileira passa a atravessar um processo radical de transformações, visando a sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição dos complexos agroindustriais, colocando-se sob a dependência da força mais dinâmica do progresso econômico – a grande indústria. (p. 49)

Barreiras, juntamente com outros municípios da Região Oeste, estava inserida nesse processo desenvolvimentista. Era a expansão da agricultura para as áreas dos cerrados baianos na lógica da modernização conservadora. Para que isso ocorresse, ações estatais, entre elas, créditos subsidiados, organização logística para a produção e comercialização dos produtos, e ainda, a diminuição das áreas agrícolas em outras regiões foram imprescindíveis para a garantia desse desenvolvimento. Para Santos (2000):

> A dinâmica inicial que se viabilizou para a região, centrada na produção de soja nos cerrados, principal produto regional, não se deu por decisões individuais de produtores ou de empresas e, sim, pela interação dessas decisões com as condições objetivas criadas no período de incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira prevalecente no país. (p.57)

Essa análise revela que as decisões de ocupação do cerrado, de integração dos municípios da região, da decisão do que vai ser produzido, de quem vai produzir, da lógica da comercialização, dos municípios produtores e dos outros que serão coadjuvantes nessa tarefa, isso tudo não passa pelas decisões individuais de pessoas ou até de empresas, mas, sim, pelas

definições do capital, que "[...] não é uma força pessoal. É uma força social" (Marx; Engels, 2010, p. 49).

Mesmo sem a pretensão de uma retrospetiva histórica, é necessário que possamos compreender que as condições de reprodução sociometabólica do capital e suas intervenções nas transformações ocorridas nos sujeitos e nos espaços territoriais não são aleatórias, mas mediadas pelas relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Reconhecemos que a constituição coletiva de territórios proporciona ambiências sociais, políticas, educativas e culturais para que diversas ações sejam estimuladas a se constituírem em atos de transformação, oportunizando a ampliação das reflexões em torno das práticas atuais dos movimentos sociais no sentido de construção de saberes coletivos, contribuindo, portanto, para o redimensionamento dessa lógica capitalista da (des)territorialidade. Torna-se imperioso abordar que este espaço territorial está permeado de contradições.

Os quatorze municípios do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande compreende uma área territorial de 75.388 km². Parte desse território compõe os cerrados baianos, denominado pelos nativos de "gerais" e outra parte encontra-se na região do vale**.** As discussões sobre desenvolvimento territorial começam a ganhar fôlego e força no Território da Bacia do Rio Grande a partir da implantação dessa política pela Presidência da República em 2003.

As primeiras ações envolveram a participação de algumas lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais em atividades promovidas pelo poder público e movimentos sociais. Como foi dito anteriormente, essa política de territorialização no estado da Bahia parte inicialmente do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Durante o ano 2004 as lideranças sindicais que participavam destas discussões no estado foram construindo vários nivelamentos para o entendimento tanto do Poder Público quanto dos movimentos sociais sobre a importância da política de desenvolvimento territorial[5].

[5] Toda a historicização sobre a formação do Território encontra-se nos Relatórios do Agente de Desenvolvimento Territorial da Agência de 10envolimento.

Em janeiro de 2005 foi instituída a Comissão para a Criação do Território do Oeste da Bahia. Nesta nova organização tivemos o envolvimento direto da Agência 10envolvimento[6] que passa ser a grande referência de articulação territorial. No mês de fevereiro de 2005 realizou-se a 1ª Oficina do Território do Oeste Baiano, no auditório do Departamento de Ciências Humanas de Barreiras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Neste encontro houve a definição do desmembramento do Território do Oeste Baiano e, consequentemente, o nascimento do Território da Bacia do Rio Corrente[7].

No ano de 2006 houve a homologação do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Território Oeste, composto pelas representações de Prefeituras, governo Federal, Governo Estadual, Movimentos Sociais, ONGs e Instituições de Ensino Superior e setor bancário. Em 2007, a 4ª Oficina Territorial, homologou oficialmente o novo nome do território, que passou a ser denominado "Território da Bacia do Rio Grande" e realizou a recomposição das representações territoriais.

Desse processo histórico inicial até o ano de 2026 do século XXI, constatamos que o Território de Identidade da Bacia do Rio Grande (TIBRG) é permeado de muitos contrastes. Aqui é possível vislumbrar os paradoxos entre o agronegócio e a agricultura familiar, a luta pela preservação das matas ciliares e a instalação de pivôs centrais, a grande produção agrícola e a agricultura de subsistência. Além dessas questões econômicas, temos uma pluralidade de grupos culturais que moram e convivem neste espaço.

A partir dessa análise constatamos o palco de disputas e de poder que o TIBRG está inserido. Esta lógica do capital apresenta, em seu bojo, as contradições inerentes a este modelo, bem como os resultados dessa forma de organização social, política e econômica. Com esta assertiva, percebemos que os entraves político-ideológicos são comuns. A superação desse impasse se fundamenta na relação dialética que se efetiva no território, que se pauta no conflito,

[6] ONG com sede em Barreiras com atuação no âmbito da Diocese de Barreiras. Desenvolve ações na área da agricultura familiar, políticas públicas e meio ambiente

[7] Este território é formado pelos seguintes municípios: Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada, Jaborandi, Cocos, Correntina, Canápolis, São Felix, Coribe, Tabocas do Brejo Velho e Brejolândia.

mas também na construção coletiva de espaços formativos e articuladores de uma nova lógica societária.

Esta é uma discussão fundante no TIBRG tendo em vista que o mesmo é composto de grupos econômicos e sociais que são contraditórios, não apenas em sua constituição, mas também em seus projetos de sociedade. A partir dessa diversidade, é possível analisar as ações multifacetadas que se encontram presentes em sua constituição.

A discussão conceitual de território apresenta em si uma diversidade de fatores que ultrapassam a discussão de região. Território é entendido como ação que os indivíduos constroem entre si e o meio em que estão atuando (Shneider, 2003). Essa diversidade pode ser compreendida nas relações dialéticas estabelecidas entre os atores sociais, que permeiam o território e trazem à tona as contradições inerentes à sua constituição. Torna-se fundamental a compreensão de que esses espaços são de poder e, portanto, é possível estabelecer relações a partir das realidades multifacetadas. Martins (et al., 2010) sobre essa questão menciona que:

> A articulação de atores sociais pressupõe um prazo de maturação e um custo de organização e institucionalização. (...) Isto não quer dizer que o tempo é condição suficiente, mas, sim, que permite reunir capacidades institucionais, formular consensos e construir relações de confiança que podem reduzir os esforços e os custos necessários para a viabilização das ações intentadas. (p.580)

A formulação de consensos, a confiabilidade dentro de um espaço diverso necessita de um "tempo pedagógico" de aprendizagens coletivas. No entanto, essa possibilidade se efetiva na medida em que os atores possam recuar de interesses individuais e passem a construir posicionamentos mais coletivos. Nos últimos anos tem ocorrido uma avalanche de discussões provenientes do poder público[8] e da sociedade civil organizada que trazem em seu bojo a temática territorial.

Como já mencionado anteriormente, o Território da Bacia do Rio Grande é formado por

[8] Exemplo dessa discussão proveniente do poder público é a política territorial implantada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2003

quatorze municípios e compreende uma área territorial de 75.388 km². Parte desse território compõe os cerrados baianos, denominado pelos nativos de "gerais" e outra parte encontra-se na região do vale.

Tabela 01: Municípios do Território da Bacia do Rio Grande[9]

Município	Ano de criação	Área (Km²)	População	Rural	Urbana
ANGICAL	1890	1.638,70	14.073	7.442	6.531
BAIANÓPOLIS	1962	3.360,10	13.863	10.368	3.495
BARREIRAS	1891	7.895,20	137.428	13.964	123.734
BURITIRAMA	1986	3.797,90	19.589	11.697	7.892
CATOLÂNDIA	1962	659,70	2.609	1.643	966
COTEGIPE	1820	4.018,60	13.638	6.987	6.651
CRISTÓPOLIS	1962	896,50	13.280	10.147	3.133
FORMOSA DO RIO PRETO	1961	16.185,20	22.334	8.887	13.647
LUIS EDUARDO	2001	4.018,80	60.179	5.224	54.955
MANSIDÃO	1986	3.142,80	12.594	7.810	4.784
RIACHÃO DAS NEVES	1962	5.840,20	21.941	11.195	10.746
SÃO DESIDERIO	1962	14.819,60	27.692	19.055	8.637
SANTA RITA DE CÁSSIA	1840	6.071,10	26.261	11.349	14.912
WANDERLEY	1986	3.043,40	12.485	6.607	5.878

Fonte: IBGE, 2010.

Os dados elencados acima apontam a diversidade do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande. Dos 14 municípios, apenas em 04 predomina a população urbana (Barreiras, Luís Eduardo, Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia). Os demais têm a maior parte de sua população nos espaços rurais. Isto significa que é um território com forte atuação nas áreas agrícolas. Importante também destacar que no setor agrícola os municípios diferenciam, a saber, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério são classificados como área de expansão agrícola, onde predomina a agricultura de exportação. Nesses municípios temos a presença majoritária do agronegócio.

Outro dado importante de ser analisado associa-se a seguinte questão: a prática do

[9] Embora tenhamos já o censo de 2022 os dados da população urbana e rural ainda não foram disponibilizados pelo IBGE por isso para fundamentação da análise usamos ainda os dados de 2010.

agronegócio não gera presença forte no campo. Nesses municípios onde ele predomina, o campo possui poucos habitantes. Em contrapartida, a concentração urbana em cidades com infraestrutura precária, que não optaram por um desenvolvimento sustentável, gera uma infinidade de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais.

Nos demais municípios existe o predomínio da agricultura familiar que ainda sobrevive em condições extremamente precárias. Outro fato agravante neste território está associado às questões ambientais. Com o avanço da agricultura modernizada, com uso de tecnologias voltadas para o aumento da produção, temos observado um processo crescente de destruição do meio ambiente que se caracteriza pelo desmatamento e também pelo uso das águas para a agricultura de irrigação. As grandes propriedades agrícolas só conseguem manter alto índice de produtividade com a utilização de pivôs, uso de defensivos agrícolas e um processo cada vez mais acelerado de sementes geneticamente modificadas.

Uma das análises que podemos realmente pensar é como que um Território que possui contradições tão intensas, como o da Bacia do Rio Grande, pode estabelecer momentos de concertação, de diálogo e atividades coletivas. Uma das finalidades da política de desenvolvimento territorial está em construir uma lógica de desenvolvimento que "quebre" com a tradicional política do "beija-mão"[10], ou seja, os grupos ou pessoas vão diretamente às autoridades resolverem os seus problemas, dificultando assim a formação de uma lógica que tenha as ações coletivas como pressuposto básico da sociedade. Para que isso possa ser minimizado o próprio Estado precisa fortalecer a territorialidade. Para Ferreira de Oliveira e Dias Batista (2015)

> O colegiado territorial é um espaço de cooperação, solidariedade, mas também de desavenças e conflitos intra e intersegmentos. Os conflitos, a partir dos interesses das lideranças envolvidas e de cada segmento, se revelam de três tipos: entre as representações da sociedade civil, entre as representações governamentais e entre as esferas da sociedade civil e governo. É preciso lembrar que nem a sociedade civil organizada nem as

[10] Política instituída no Brasil no Período Imperial. Consiste na aproximação das autoridades para obtenção de favores pessoais.

> representações governamentais constituem blocos homogêneos, pelo contrário, incorporam um arcabouço político-ideológico diversificado...[...] (p.134)

Neste sentido, a política territorial é vista pelos movimentos sociais como um espaço importante de concertação, de discussão política. Entretanto, temos observado nos últimos anos que o Estado da Bahia tem transferido muitas responsabilidades para as organizações territoriais e isso tem acarretado um acúmulo de atividades que poderiam ser melhor pactuadas entre a sociedade civil e o poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: caminhos provisórios e em construção

Um dos grandes legados de Freire (2002) foi nos apontar a consciência do inacabamento. “Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é própria da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento”. (pág.22) Neste sentido, toda a discussão trazida neste ensaio sobre a construção da territorialidade no Estado da Bahia está pautada na concepção de que este processo por ser feito por sujeitos concretos (homens e mulheres espalhados nos vinte e sete territórios da Bahia) tem instabilidades, angústias, alegrias, desafios e muito comprometimento das pessoas que militam nos Movimentos Sociais, dos servidores e servidoras públicas que acreditam na política territorial como espaço de democracia, de concertação das políticas e de disputas de projetos sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos.

Compreender esse desafio territorial não apenas em sua constituição, mas também em seus projetos de sociedade reverbera a não existência de neutralidade e, como tal, a afirmação de contradições históricas. O Território da Bacia do Rio Grande é permeado de muitos contrastes. Aqui é possível vislumbrar os paradoxos entre o agronegócio e a agricultura familiar, a luta pela preservação das matas ciliares e a instalação de pivôs centrais, a grande produção agrícola e a agricultura de subsistência. Além dessas questões

econômicas, é fundamental também conhecermos com maior profundidade os diversos grupos culturais que moram e convivem neste espaço.

A análise desenvolvida ao longo deste ensaio permite afirmar que a política de desenvolvimento territorial no Estado da Bahia insere-se em um campo de disputas marcado por ambiguidades estruturais. Se, por um lado, a territorialização das políticas públicas sinaliza uma inflexão no padrão histórico de intervenção estatal — ao incorporar dimensões como participação, identidade e multiescalaridade —, por outro, revela limites substantivos na capacidade de romper com a lógica de reprodução ampliada do capital e com as formas tradicionais de dominação territorial.

À luz de uma perspectiva crítica, ancorada em autores que compreendem o território como produção social e campo de poder, evidencia-se que a institucionalização dos Territórios de Identidade não tem sido suficiente para alterar, de maneira substantiva, as estruturas desiguais que historicamente configuram o espaço baiano. Ao contrário, em diversos contextos, observa-se a coexistência — e, não raro, a sobreposição — entre práticas inovadoras de gestão territorial e a permanência de mecanismos centralizadores, clientelistas e seletivos.

No Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, tais contradições assumem contornos particularmente agudos. A expansão do agronegócio, articulada às dinâmicas do capital global, não apenas redefine o uso e a apropriação do espaço, como também reconfigura as relações sociais, intensificando processos de expropriação, precarização e desigualdade. Nesse cenário, a agricultura familiar e os modos de vida tradicionais são tensionados por uma racionalidade produtivista que subordina o território às exigências do mercado, esvaziando, em grande medida, o potencial emancipatório da política territorial.

Do ponto de vista do Estado, impõe-se uma crítica à aparente descentralização promovida pela abordagem territorial. A transferência de responsabilidades para instâncias territoriais, desacompanhada de recursos, autonomia decisória e capacidade institucional, tende a produzir uma descentralização incompleta, quando não meramente formal. Tal

movimento, ao deslocar o ônus da implementação para os atores locais, pode contribuir para a naturalização das desigualdades e para a desresponsabilização do poder público frente às demandas estruturais dos territórios.

Ademais, a ênfase na concertação e no consenso, frequentemente presente no discurso da política territorial, não pode invisibilizar o caráter conflitivo que constitui o território. Conforme apontado pela literatura crítica, o conflito não é uma anomalia a ser superada, mas expressão das disputas entre projetos societários antagônicos. Nesse sentido, a construção da territorialidade demanda não apenas espaços de diálogo, mas também condições efetivas para que os sujeitos subalternizados possam incidir sobre as decisões e disputar hegemonia no interior dos territórios.

Dessa forma, a abordagem territorial, para além de um arranjo técnico-institucional, deve ser compreendida como um processo político, atravessado por relações de poder e por projetos de sociedade em permanente tensão. Sua potencialidade transformadora reside, precisamente, na capacidade de articular resistência, organização social e produção de alternativas contra hegemônicas. Sem isso, corre-se o risco de sua captura por dinâmicas que apenas reconfiguram, sob novas roupagens, velhas desigualdades.

Por fim, sustenta-se que a consolidação de uma política de desenvolvimento territorial comprometida com a justiça social exige o reposicionamento do Estado, não como mero indutor normativo, mas como agente ativo na redistribuição de recursos, na regulação das dinâmicas econômicas e na garantia de direitos. Exige, igualmente, o fortalecimento dos sujeitos coletivos e de suas formas de organização, como condição para a construção de territórios efetivamente democráticos.

Assim, o Território da Bacia do Rio Grande, longe de constituir-se como uma experiência acabada, revela-se como um espaço de contradições que, ao mesmo tempo em que expõem os limites da política territorial, também abrem possibilidades para a construção de novos horizontes. É precisamente nessa tensão — entre reprodução e transformação — que se inscreve o desafio contemporâneo de pensar o território como instrumento de

emancipação social.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius, BRAGA, Cristiano, MORELLI, Gustavo. (organizadores). ***Territórios em movimentos: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.*** Rio de Janeiro: Relume Dumerá, 2004.

ARAÚJO**,** Tânia Bacelar de. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. In: FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

BAHIA: **Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia- (SEPLAN): Diretoria de Planejamento Territorial**. A POLÍTICA TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA: Histórico e Estratégias de Implementação**,** 2021. Disponível em htpp//www. em Acesso em 09.01.2026

FERREIRA DE OLIVEIRA, Ildes; DIAS BATISTA, Acácia. TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: PRINCIPAIS DILEMAS DO PROCESSO DE GESTÃO – O CASO DO TERRITÓRIO DO SISAL. **Desenvolvimento Regional em Debate**, vol. 5, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 127-147. Disponível em dihttps://www.redalyc.org/pdf/5708/570861403012.pdf. Acesso em 10/02/2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: **Saberes necessários à Prática Docente.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GRANDO, Raquel Lopes Sinigaglia Caribé. Política Territorial Brasileira: Entrevista com Tânia Bacelar de Araújo. **Revista Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 4, n. 2, p. 113-117, jul/dez 2013. Disponível em https://periodicos.unb.br >sust >article> download. Acesso em 09.02.2026

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997

MARTINS, Rafael, VAZ, José Carlos, CALDAS, Eduardo Lima. **A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e territórios**. Revista de Administração Pública (RAP). FGV. EBAPE. Rio de Janeiro 44 (3): 559-90, MAIO/JUN. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 2010

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Tradução de Maria Verônica Morais Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática,1993

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Oeste da Bahia: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região**. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 05 mar. 2016.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 2000

SHNEIDER, Sérgio. **A abordagem Territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/CE 16, 17, 18,19 de novembro de 2003, organizado pelo IICA- BRASIL e MDA. Disponível em htpp// www. https://www.scielo.br/j/soc/a/jXr37zTQLpMWq5Gq7TpSCfd/?lang=pt#articleSection2 Acesso em 07.02.2026. Publicação na Revista Sociologias, Porto Alegre, v. 11, p.88-125, 2004.